

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.235 - PR (2019/0198088-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRIDO : SOTIL LTDA  
ADVOGADO : EDRISA COSTA PEREIRA - PR039900

## DECISÃO

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. LEGALIDADE DO ESTABELECIMENTO, POR ATOS INFRALEGAIS, DE LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSTITUÍDO PELA LEI 10.522/2002. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS: TEMA 997 (RESPS 1.679.536/RN, 1.724.834/SC E 1.728.239/RS). RECONSIDERAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. APÓS, PROSSEGUIR COM O FEITO NOS TERMOS DO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

*TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIO. LEI 10.522/02. VALOR SUPERIOR A R\$ 1.000.000,00. POSSIBILIDADE. PORTARIA QUE EXTRAPOLA OS LIMITES LEGAIS.*

*A Lei 10.522/02, ao prever o parcelamento simplificado, não estipulou limites de valores para sua adesão, não podendo a portaria PGFN/RFB n. 15/2009, com as modificações promovidas pelas Portarias n. 12 de 11/2013 e n. 02 de 02/2014, a pretexto de regulamentar o parcelamento, inovar em matéria onde a lei ordinária não tratou, sob pena de violação ao Princípio da Legalidade.*

2. Em seu Apelo Nobre, a parte recorrente aponta contrariedade aos arts. 1.022 do Código Fux, art. 155-A do CTN e arts. 10 e 14-F da Lei 10.522/2002, defendendo a impossibilidade *de inclusão em parcelamento simplificado de débitos superiores a R\$ 1.000.000,00.*

4. É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

5. Verifica-se que a matéria versada no Apelo Nobre, qual seja, *legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002*, encontra-se afetada à Primeira Seção do STJ como representativa da controvérsia e aguarda julgamento: Tema 997 (REsp. 1.679.536/RN, 1.724.834/SC e 1.728.239/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN).

6. A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem, cuja matéria se identifique com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do Código Fux.

7. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos do art. 1.040 do Código Fux.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR